

UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA- UVA

Renata Fabiana de Paula Henriques

**A educação como um processo de superação das condições
que promovem a invisibilidade pública**

Rio de Janeiro
2010

UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA- UVA

Renata Fabiana de Paula Henriques

**A educação como um processo de superação das condições
que promovem a invisibilidade pública**

Trabalho apresentado à Universidade Veiga de Almeida como requisito parcial para conclusão do curso de graduação em Pedagogia, sob a orientação da Professora Penélope Duarte Santos.

Rio de Janeiro
2010

Renata Fabiana de Paula Henriques

**A educação como um processo de superação das condições
que promovem a invisibilidade pública**

OBJETIVO: Provocar uma reflexão sobre a estrutura educacional brasileira e os seus mecanismos de exclusão, destacando suas relações com o fenômeno da invisibilidade pública.

Universidade Veiga de Almeida
Curso de Pedagogia

Data de aprovação: 29 de junho de 2010.

Professora Penélope Duarte Santos
Mestre – UVA

Professora Denise Paiva d'Ávila Melo
Mestre – UVA

Professor José Luiz de Paiva Bello
Mestre - UVA

Dedico este trabalho a minha mãe que sempre me incentivou e me ensinou a ter objetivos e ao meu pai que sempre esteve presente.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer em especial a Professora Penélope Duarte Santos, por acreditar e me incentivar a desenvolver este trabalho. A todo o corpo docente da Universidade Veiga de Almeida que contribuem para a excelência do curso. A todos os amigos e amigas que fiz durante esses períodos, destacando Alana e Sandra que viveram nesse último semestre, todas as minhas certezas e incertezas. E ao meu namorado que caminha cada vez mais ao meu lado.

“Eu sou o dono do meu destino, eu sou o capitão da minha alma.”

Nelson Mandela

RESUMO

O presente trabalho relata a construção formal e se refere a diferentes momentos vividos da educação brasileira iniciando-se no período do descobrimento do Brasil e estendendo-se a contemporaneidade e as influências. Construindo a interação entre a educação e um dos mecanismos de exclusão da atualidade e que tem por finalidade segregar os homens, a invisibilidade pública. Propõe-se a reflexão a respeito da educação com forma de minimizar e reconstruir a visibilidade dos seres humanos que muitas vezes acabam excluídos através do fracasso educacional e conseqüentemente por sua posição social e em função do cardo de trabalho ocupado.

Palavras Chaves: Educação. Invisibilidade Pública. Mudança

RESUMEN

El presente trabajo se propone a una reflexión sobre la educación brasileña, a respecto de las estrategias utilizadas por las escuelas, que conducen una parte expresiva de sus alumnos a la evasión y exclusión contribuyendo para aumentar un fenómeno social perverso llamado Invisibilidad pública. Busca también discutir posibles acciones que permitan a los actores del escenario educacional, particularmente, alumnos y profesores repensar y actuar como ciudadanos, en la búsqueda del cambio.

Palabras-clave: Educación. Invisibilidad pública. Cambio.

SUMÁRIO

Introdução	09
1 A educação no Brasil: breve retrospectiva	11
2 A educação como mecanismo de exclusão: a invisibilidade pública	18
3 A educação como um processo de mudança	26
Considerações finais	33
Referências	34

Introdução

O presente trabalho constrói uma retrospectiva sobre a formação e estruturação da educação brasileira ao longo dos séculos, desde o descobrimento até os dias atuais. Focando nas influências sofridas desde a vinda dos jesuítas para o Brasil e a constituição da educação brasileira sobre forte influência européia, verificando desde o início a dualidade do sistema educacional na formação da sociedade brasileira. Sobre essa perspectiva a educação formal inicia-se com o objetivo de atender e fornecer apenas aos filhos dos portugueses, os novos donos da terra. E com o passar dos anos, mesmo com um ensino leigo e gratuito oferecido a todos o quadro não se alterou, a dualidade do ensino permaneceu.

A perspectiva de educação para todos, cria um novo panorama para a sociedade brasileira. Diante da necessidade de estendermos o processo educacional, os mecanismos de exclusão, já existente, em uma sociedade dividida em classes e desigual se acentuam. A sociedade que por si, já exclui e segrega a população de baixa renda, agora, também, separa e rejeita os ignorantes, ou seja, todos aqueles que não conseguem acompanhar o processo educacional. A educação e principalmente a escola, perpetuam e acentuam essas diferenças, por não oferecer uma educação que atenda as diferenças e que, portanto possa ser designada democrática.

Este trabalho desenvolve uma análise das possíveis relações entre o processo educacional brasileiro e os mecanismos de exclusão, destacando o conceito de invisibilidade pública. Em uma sociedade que apresenta tantas diferenças e desigualdades, cabe-nos perguntar de que maneira a escola contribui para esta exclusão e busca a identificação destes fatores viabilizando os caminhos possíveis da mudança.

Na elaboração do trabalho optamos por uma pesquisa documental, livros, artigos e materiais disponíveis na internet. Assim, buscamos compreender a respeito de um tema, que muitas vezes é desconhecido ou desconsiderado pela maioria da sociedade.

O livro Homens Invisíveis: relato de uma humilhação social, de Fernando Braga da Costa contribuiu como a peça chave para refletirmos sobre esta realidade muitas vezes não compreendida ou não valorizada. Foi à mola propulsora das questões suscitadas neste trabalho que busca caminhos para uma educação transformadora. Desta forma iniciamos, no primeiro capítulo, uma breve retrospectiva da educação no Brasil, através de uma descrição crítica sobre a construção do processo de educação brasileira. Destacando como fator crucial a

formação do povo brasileiro e a construção da educação formal, através do controle de uma minoria da sociedade.

No segundo capítulo, discutimos a educação como mecanismo de exclusão e os desdobramentos do conceito de invisibilidade pública. Associamos paralelamente a esse termo a questão principal do presente trabalho, que é como a educação contribui para acentuar os processos de desigualdades. Assim, constatamos a necessidade de uma educação de qualidade para todos, formando sujeitos críticos, participantes do processo de construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Por fim no terceiro capítulo, apontamos a necessidade de uma educação que promova a mudança, mas, sem mascarar as desigualdades, discutindo através dela e para elas. A superação da marginalidade é um processo que exige a participação das várias instâncias públicas e a educação não pode se eximir do seu papel. As concepções teóricas de Paulo Freire direcionaram a nossa pesquisa no sentido de entender, assim como ele, a educação como um ato político de transformação e libertação.

Além de Freire, buscamos as contribuições de Snyders, Costa, Saviani, Brandão, Demo, Romanelli e outros, entendendo a escola como uma instituição que reproduz as relações de desigualdade da sociedade, mas que também abriga a possibilidade de transformação. Mais do que contestar a sociedade devemos estar ciente de sua força e principalmente entender esse processo de mascarar as desigualdades. E a inversão de valores como chave principal, leva-nos a acreditar que a pobreza é a grande responsável por estereotipar e reduzir as pessoas e que em nada a sociedade contribui ou acentua esse processo.

1 A educação no Brasil: breve retrospectiva

A história da educação brasileira está diretamente vinculada a toda a herança cultural do período da colonização. A nossa formação cultural é fruto das inúmeras influências relacionadas aos povos que aqui chegaram. A colonização e a exploração do solo brasileiro permitiram a junção de variadas tradições e diferentes grupos, organizando uma sociedade extremamente complexa. Apresentando desde o período do descobrimento uma realidade desigual que submetia os nativos a exploração, domínio cultural e econômico por parte de seus colonizadores. De forma que a Europa foi à grande responsável pelas orientações e concepções educacionais, aqui implantadas, contribuindo com as primeiras formas de sistematização e estruturação da educação brasileira. De acordo com Romanelli (2001), o que ocorreu foi à transferência dos padrões culturais europeus para as terras das Américas, não atribuindo relevância, a cultura indígena.

É de suma importância para conseguirmos realizar uma retrospectiva sobre educação no Brasil, destacarmos a primeira contribuição em solo brasileiro, que inaugura o convívio com a educação vinda da Europa. A Companhia de Jesus, ordem religiosa, sem dúvida tem um papel preponderante na construção histórica do processo de formação, não só no que se refere às primeiras experiências de catequização, mas a toda educação formal. O que aconteceu, a partir da vinda dos jesuítas, foi um verdadeiro transplante da cultura européia, pois a formação jesuítica não se preocupava em adaptar-se a colônia e aos indivíduos que aqui habitavam mesmo cientes das diferenças culturais existentes. Com um foco religioso, a missão jesuítica, buscava mais a catequização de novos fiéis do que propriamente a ação educativa. A Companhia de Jesus trouxe a educação tradicional voltada extremamente para a filosofia escolástica e desprezava o ensino das ciências.

A colônia começa a dar seus primeiros passos sempre marcados pela imposição européia e, assim, os novos colonos europeus começam a se organizar por aqui. Os negros são trazidos para o Brasil como escravos e junto com os índios iniciavam, em nosso país, o período da escravatura. As relações culturais vão acontecendo em função das necessidades econômicas, sociais e são mediadas pelo modelo escravocrata. Inicia-se assim uma estruturação educacional extremamente complexa constituída através de grande miscigenação. Romanelli (2001, p. 19) ilustra bem essa situação, para ela: “A forma como se origina e evolui uma cultura define bem a evolução do processo educativo.”

Durante muito tempo podemos ver os resquícios da educação em uma sociedade estabelecida através do patriarcalismo e do domínio dos senhores feudais, a sociedade se forma através da divisão em classes sociais e o poder se estabelece de forma desigual. A organização social em uma economia voltada para os interesses externos em um primeiro momento confere a educação um caráter dominador e elitista visando às conveniências da minoria aristocrática. Acompanhando a história da educação brasileira através de Romanelli (2001, p. 36), é possível ordenar uma relação entre a educação jesuítica inicial e a contemporânea, diz ela: “Símbolo da classe, esse tipo de educação livresca, acadêmica e aristocrática foi fator coadjuvante na construção das estruturas de poder da colônia...”.

Assim as primeiras estruturas e organizações não se fundaram através da educação e sim do poder exercido economicamente. Com o passar do tempo, mudanças foram acontecendo na economia e novos modelos pedagógicos foram importados para o Brasil. Com a vinda da família real, no século XIX, novas estruturas foram se formando em torno da economia e da educação. Com a reforma pombaliana, acontece à expulsão dos jesuítas, que saindo do país, deixam como única referência um modelo educacional tradicional. Aranha (2006, p. 123) enfatiza esse período de defasagem e atraso na educação: “... o marquês de Pombal não conseguira de imediato introduzir as inovações de sua reforma no Brasil, após ter desmantelado a estrutura jesuítica, o que teria provocado o retrocesso de todo o sistema educacional brasileiro”.

No Brasil Império, a independência política proporciona uma nova estratificação social, uma classe intermediária que se organiza a partir da expansão rural. A demanda escolar, antes só com o foco nos donos das terras, passa a ser reivindicada por essa classe intermediária, como uma possibilidade de ascensão social. Romanelli (2001) compara o título de doutor com o título de proprietário de terras, pois desprovidos de terras essa classe intermediária buscava o título de doutor, para ascender socialmente.

O século XIX e a República são marcados pela visão e intervenção do Estado na escola, e pelo processo da escravatura. A escola passa a ter um caráter leigo, gratuito e obrigatório. Mesmo com toda essa filosofia de igualdade, o que vai caracterizar a educação no Brasil desde seu início, com a ação dos jesuítas, é a dualidade do ensino. Como lembra, ainda, Romanelli (2001) essa dualidade era a forma de separar a educação da classe dominante da educação do povo, de forma que a classe dominante ficasse com as escolas secundárias e superiores e ao povo restava às escolas primárias e profissionais.

No século XX, o dualismo da educação, que permanece pelo crescimento da população e conseqüentemente pela maior procura por educação. A sociedade, cada vez mais,

começa a se estruturar e de forma complexa surgem novas estruturas sociais estabelecendo-se diferentes relações sociais. A industrialização traz grandes mudanças para a economia mundial. De forma que as exigências educacionais vão se modificando, o caráter voltado apenas para a formação cultural do homem começa a se modificar com as exigências do mundo industrializado. A educação técnica inicia um período de grande valorização e é ofertada as camadas menos favorecidas da população, permanecendo, no entanto, para as elites a formação tradicional. Anísio Teixeira (apud ROMANELLI, 2001, p. 44). ilustra bem essa época:

[...] para essa sociedade aparentemente renovada, mas realmente estacionária, assim como o latifúndio se faz molde para a industrialização, a educação da elite se faz molde para certo tipo moderado de educação para ascensão social que não fosse suscetível de quebrar a estrutura aristocrática e conservadora da sociedade.

Durante as primeiras décadas do século XX, aconteceram diversas reformas que procuram relacionar os objetivos educacionais, aos objetivos industriais de um modelo econômico capitalista. A educação, dessa época, tenta romper com todo idealismo humanístico existente na educação brasileira, sendo forjada através de concepções que em nada se assemelhavam com a realidade e características do povo, atendendo apenas, aqueles que representavam os pensamentos isolados e desordenados dos comandos políticos da época.

Em 1930 acontece o ponto alto das diversas revoluções armada pelas quais a sociedade brasileira passou, marcando um período de instabilidade política e social. Com a industrialização formou-se, então, a burguesia industrial que começa a reivindicar seus direitos perante a sociedade. Octavio Ianni (apud ROMANELLI, 2001, p. 53), sociólogo, descreve bem essa época de mudanças e reivindicações: “é no século XX que o povo brasileiro aparece como categoria fundamental.”

Ocorre um florescimento de uma cultura nacional, que acaba gerando rompimentos políticos econômicos e até mesmo educacionais. E a busca por mudanças chega até a escola. Uma das tentativas, mais expressivas, é o movimento da Escola Nova, que busca um meio de igualdade através da educação. No entanto, este movimento ao fazer duras críticas à escola perde o sentido da mudança e de reestruturação da educação, pois se prende mais em realizar críticas do que propriamente concretizar mudanças. A escola continuava presa aos ideais burgueses, Saviani (2005) faz dura crítica a este movimento que, segundo ele, acaba privilegiando, mais uma vez a elite brasileira reproduzindo as desigualdades. A Escola Nova entende a educação como solução de todos os problemas da sociedade e deposita no indivíduo

a responsabilidade pela superação da marginalização. De forma que a proposta de uma educação para todos, não é alcançada.

Diante do desenvolvimento econômico mundial, a educação em nosso país passa a ser vista como um fator determinante no processo de crescimento, e nos países mais desenvolvidos vinha-se cuidando da implantação definitiva da escola gratuita. Por outro lado a industrialização demanda mão de obra qualificada para sustentar o modelo econômico capitalista. Para isso, é necessária qualificação mínima para a população, que, cada vez mais, abandonava a zona rural e concentrava-se nas áreas industrializadas do país. Assim, observa-se a organização do mercado de trabalho e a reestruturação, que acontecia em volta desse mercado consumidor gerada pela a mão de obra assalariada.

A necessidade de educação para a população é percebida pelo sistema escolar através de grande pressão social. Porém a carência de uma rede de ensino, despreparada para atender a demanda acentua o problema da desigualdade escolar entre as regiões brasileiras. Os investimentos na área educacional se voltam para as áreas próximas à industrialização. Permanece, portanto, uma escola sem modificações em sua base, sua essência é mantida pela classe dominante, continuando a ser uma educação voltada para um só público. Toda herança cultural vinda de uma sociedade heterogênea continua presente dentro dos ambientes escolares, mas ainda não se pensa na proposta de uma educação que respeite as diferenças culturais.

Muitos aspectos começam a aparecer de forma expressiva, o aumento da população acarreta conseqüentemente o aumento do índice de analfabetismo. Começa-se a ter grande preocupação em torno da alfabetização de jovens e adultos, pois a condição de analfabeto desqualifica o sujeito, para o mercado de trabalho em expansão.

Com a população cobrando educação, simplesmente é atendida a demanda de ampliação da rede e não a de reestruturação real da rede de ensino, aplicada a realidade e as necessidades da educação brasileira.

Florestan Fernandes (apud ROMANELLI, 2001, p. 69), analisando a educação brasileira afirma:

É certo que a República brasileira falhou em suas tarefas educacionais. Mas falhou por incapacidade criadora: por não ter produzido os modelos de educação sistemática exigidos pela sociedade de classes e pela civilização correspondente, formada na economia capitalista, a tecnologia científica e no regime democrático. Em outras palavras, suas falhas provêm das limitações profundas, pois se omitiu diante das necessidades de converter-se em Estado educador, em vez de manter-se como

Estado fundador de escolas e administrador ou supervisor do sistema nacional de educação.

Desta forma, mudanças e tentativas de reestruturação da educação equivocadas, deixam transparecer sua real demanda. Romanelli (2001, p. 70) estabelece relação entre a oferta de educação e os processos de mudança social e de desenvolvimento econômico para o Brasil, segundo ela:

Quando afirmamos que a educação, tida como fator de mudança social e de desenvolvimento, é capaz de criar uma demanda, isso significa que ela é capaz de transformar a demanda potencial em demanda efetiva de educação. Seja pela elasticidade da oferta que ela proporciona, seja pela real integração do sistema educacional num sistema global de desenvolvimento, com conseqüente equilíbrio entre a qualificação profissional e as necessidades do sistema de produção.

Ao longo dos anos surgiram ainda inúmeras leis para reestruturar a educação brasileira, de forma que as necessidades emergenciais fossem se adaptando. Mesmo assim o sistema educacional brasileiro se apresenta como um funil. Para Romanelli (2001), mesmo com o aumento da demandada escolar, existe um grau de seletividade grande durante o processo educacional brasileiro, que faz com que as pessoas, não sigam a diante

O século XX, em nosso país, decorre em torno da implantação do capitalismo e da industrialização, ou seja, do desenvolvimento, enfrentando os problemas da transferência de um modelo agrário. Tal mudança exigida de forma abrupta, se pauta pela quantidade e não para a qualidade. Uma educação que busca o crescimento, mas sem levar em consideração ainda, sua fundamentação na diversidade. As contradições, equívocos e fracassos do sistema educacional brasileiro chegam ao século XXI, sem grandes soluções e respostas que atendam as demandas da população e ao mundo globalizado.

Uma escola para todos significa o reconhecimento de estruturas sociais cada vez mais complexas, norteadas pelo desenvolvimento e a necessidade de adaptação as novas exigências. Pouco se fala de uma educação diferenciada atendendo ao meio social em que os indivíduos estão inseridos. A escola dessa forma garante e perpetua a reprodução das estruturas sociais que se estabelecem na própria sociedade e perpassam os seus muros. Snyders (2005, p. 27) retrata a escola como reprodutora e mentora da divisão do trabalho, para ele:

Todos os mecanismos escolares são comandados, de início, por aquilo que constituirá o seu objetivo que parece o resultado esperado: a divisão social do trabalho-e não se trata de uma divisão puramente técnica de competências,

deve ser na realidade, ser descrita como divisão da sociedade em classes antagonistas e a relação entre ambas é na verdade, a exploração de uma pela outra. As diferentes direções em relação às quais a escola orienta os alunos não corresponde a talentos, capacidades, dotes qualificados, de dirigentes que a sociedade estabelecida calcula como necessária ao seu funcionamento e reprodução.

Toda essa divisão acentua a desigualdade social e acaba justificando a desigualdade econômica, inviabilizando a mobilidade, pois as situações acabam se repetindo de geração em geração, com algumas raras exceções. São poucas as famílias que conseguem superar esse estigma de dominação, pois a maioria encara a realidade oferecida como verdade absoluta. Illich (apud SNYDERS, 2005, p. 68) faz referência a essa credibilidade oriunda da estrutura escolar:

Illich afirma que os que vêm de ciclos não-nobres, que poucos anos permanecem na escola, acabaram persuadidos da sua inferioridade pessoal em relação aos alunos brilhantes; sentem-se culpados, perdem o respeito por si próprio. E eis os pobres dispostos, toda a sua vida, a aceitar, resignadamente, as frustrações e as chacotas.

O principal fruto da herança escolar e de sua formação ou evasão pode ser visto através da divisão social do trabalho. Os trabalhadores de classes sociais distintas e que possuem trajetórias escolares diferenciadas, se dividem em duas classes: Trabalhadores intelectuais e trabalhadores braçais. Nesta divisão os trabalhadores braçais acabam sendo vistos como simples componentes da sociedade, e que muitas vezes, não valorizados ficam submetidos a uma exploração, sem poder de barganha, em função, primeiramente, da sua mínima escolaridade

Diante de um modelo econômico que sustenta essa organização social e educacional se mantém os mecanismos de exclusão social e exploração do trabalho. Segundo Snyders (2005 p. 77), essas estruturas de poder só se concretizam por conta da escola, para ele:

[...] a escolaridade criou uma nova espécie de pobres, os não escolarizados, e uma nova espécie de segregação social, a discriminação entre aqueles a quem falta educação e os que se orgulham de a ter recebido. Seríamos levados a afirmar de novo esta verdade evidente: num mundo em que não houvesse escola, não existiriam barreiras entre os que freqüentaram e os que não freqüentaram e os que a ela não tiveram acesso. Mas o significado real. É que a divisão essencial, nas sociedades modernas, é aquela que separa os homens de acordo com o nível de escolaridade- e, portanto, é a escola o agente dessa separação.

A escola perpetua diversas situações que nos levam ao processo de exclusão, a reprodução das estruturas vigentes é o meio pelo qual as desigualdades se acentuam. Quem está em posição privilegiada dificilmente será retirada dessa posição e quem está em situação inferior dificilmente conseguira meios de se remanejar socialmente. A evolução da sociedade e todo seu desenvolvimento criam formas sofisticadas de perpetuar a exclusão. Uma das maneiras ocorre através da naturalização das formas de convivência atual entre os homens na sociedade e de como eles percebem as diferenças e desigualdades sociais.

A sociedade convive com os mecanismos de exclusão, segundo Costa (2004. p. 64) construindo relações humanas superficiais:

A sociedade que vive à custa desse mecanismo produz e reproduz, perpetua apresenta relações sociais como relações entre coisas. O homem fica apagado, é mantido à sombra. Todo o tempo fica prejudicado a consciência de que a relação entre mercadorias (e a relação entre cargos) é, antes de tudo, uma relação que se funda sobre relação entre pessoas.

Essas relações ocorrem principalmente através da perpetuação da superioridade que a hierarquização através da divisão do trabalho acentua. Empregados braçais e que possuem nenhuma ou pouca instrução escolar, se encontram marginalizados a parte da sociedade e acabam adquirindo a condição de invisíveis públicos. Pois a sociedade passa a rotular e a não ver as pessoas, enxerga-se a pessoa como simples objeto descartável, acontece à correlação entre o trabalho e quem o realiza ambos vistos como inferiores. Assim, os mecanismos utilizados pela sociedade para excluir e segregar com a contribuição de um sistema educacional dual, desde sua origem, serão discutidos no próximo capítulo, desenvolvendo o conceito de invisibilidade pública.

2 A educação como mecanismo de exclusão: a invisibilidade pública

A convivência da humanidade ao longo do tempo foi se modificando e se estruturando através das relações sociais, que se formam de acordo com os interesses vividos por cada época da história. A complexidade formada por diversas situações e interesses, para alguns grupos sociais se intensificam e as condiciona. Segundo Durkheim (1985), a sociedade se constitui através da consciência coletiva, que é um sistema comum de regras e de sentimentos comuns aos indivíduos que fazem parte da mesma sociedade. Essa consciência estabelece o domínio sobre os grupos, os indivíduos que se manifestam, tendem a ser coagidos para permanecerem seguidores desse conjunto de regras, ou melhor, desses comportamentos.

No mundo capitalista as relações tendem a ser estabelecidas e estruturadas através dos meios econômicos. Oportunizando aos mais estruturados financeiramente a condição de classe econômica dominante e assim, conseqüentemente, a possibilita de ser a classe privilegiada e usuária das melhores estruturas educacionais. Dessa forma a educação se constituiu como um dos meios de perpetuar e garantir às classes mais abastadas a sua posição na estrutura social.

Desde as primeiras formas de organização da sociedade da mais antiga até os dias de hoje, as civilizações se dividem em classes, o que sempre gerou e gera os processos de exclusão e privilégios. Seja pelo fato de uma cultura determinar-se superior a outra, ou por fatores físicos, de gênero, econômico ou religioso. Através dessas relações hierarquizadas de poder, uma expressiva parcela da sociedade permanece segregada e excluída dos bens materiais e culturais. A educação no Brasil, como já vimos também contribui para a perpetuação e efetivação da exclusão, pois separa os indivíduos que possuem melhor formação escolar dos que não possuem. Os efeitos desta exclusão são percebidos mais cruelmente nas oportunidades de trabalho e no enorme contingente de pessoas não qualificadas em função da baixa escolaridade.

Assim, ao fracasso e a exclusão educacional agregam-se aqueles oriundos da história familiar, social e econômica. Os mecanismos de exclusão estão presentes nas sociedades como forma de segregar e manter a imobilidade das classes. Em sociedades muito pobres, a pobreza condiciona e acentua ainda mais essas contradições entre os homens. Causando uma certa “resignação” e naturalização das condições e formas de existência dos grupos sociais e da própria condição humana. Para Freire (1989, p. 45):

[...] o que se sente, dia a dia, com mais força aqui, menos ali, é o homem simples esmagado diminuído e acomodado, convertido em expectador, dirigido pelo poder dos mitos que forças sociais poderosas criam para ele. Mitos que, voltando-se contra ele, o destroem e aniquilam.

E assim, como a sociedade se estrutura em torno das desigualdades e contradições das relações humanas, a educação também se estrutura e principalmente as instituições escolares. Snyders (2005, p. 66), é categórico ao afirmar que: “Numa sociedade dividida em classes, e impossível que a escola consiga contrabalancear o conjunto das condições de vida e as regras de funcionamento social [...]”. Snyders, afirma que a escola se adapta as estruturas sociais e as suas condições. A escola não consegue realmente realizar grandes modificações, porque a mesma acaba por fazer a reprodução dos processos que acontecem em seu exterior, devido ao fato da sociedade se reproduzir dentro dos ambientes escolares.

Outro aspecto a ser considerado é o de que a escola, muitas vezes, tende a não valorizar a aprendizagem que não ocorre em seu interior, classificando-a como inferior. Desconsidera o fato de que o meio social é fonte de aprendizagem para qualquer ser humano, não sendo a escola a única mediadora do conhecimento e o próprio processo de aprendizagem. Aranha (1989, p. 5) dá grande ênfase na aprendizagem que ocorre através da mediação do outro social, quando afirma: “o homem só se humaniza pela ação que a comunidade dos homens exerce sobre ele.”

Brandão (2006, p. 11) explica e nos situa sobre as varias dimensões da educação:

A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Formas de educação que produzem e praticam, para que elas reproduzam, entre todos os que ensinam e aprendem, o saber atravessa as palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos da arte ou religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa para reinventar, todos os dias, a vida do grupo e a de cada um de seus sujeitos, através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas existem dentro do mundo social onde a própria educação habita, e desde onde ajuda a explicar – às vezes a ocultar, às vezes a inculcar – de geração a geração, a necessidade da existência de sua ordem.

A educação está por tanto em diferentes ambientes e em diferentes aspectos. Cabe a escola a estruturação e formalização dos saberes que a sociedade tanto nos cobra e valoriza. A sociedade organiza o seu sistema educacional, e através dele deve transmitir a sua cultura e educação formal, proporcionando uma formação integral e acesso ao mundo do trabalho. Lima (2008, p. 15) retrata bem a posição da educação, como sendo paradoxal na vida dos sujeitos, para ela:

Durante décadas, a educação restringe-se a pregar valores das classes elitizadas, que tinham o domínio em alguma ordem, abandonando o legado cultural das chamadas classes populares ou tida como inferiores. Classes estas que se tornam relegadas a instruções ou experiências que pouco se coadunam com a sua realidade. Então, não se pode responsabilizar unicamente a educação pelos grandes males da sociedade e, aí apresenta-se um paradoxo: se, por uma lado, ela se constitui um pilar de sustentação que mantém o poderio dos grupos mandatários no País; por outro tem a função de preparar o homem (todos os homens) para a vida organizacional em grupos, conscientizando-o para conservar, alterar ou modificar padrões comportamentais quando o julgar necessário. Para intervir na realidade, entretanto, torna-se imprescindível compreendê-la.

A própria educação que liberta também oprime e conseqüentemente exclui. A exclusão é um processo social que faz parte da organização dos homens desde as primeiras formas de estruturação da sociedade. As instituições humanas, portanto, se constituem em grupos sociais que dominam e excluem boa parte da sociedade, que permanece despreparada, desinformada e sem condições de reivindicar. A educação por ser estruturada de forma seletiva, acaba sendo direito de uma minoria, não favorecendo a superação dos processos de dominação e exclusão. As condições sociais e necessidades dos alunos ficam a margem na estrutura escolar dominadora, Freire (apud SNYDERES, 2005, p. 69) aborda como a educação máscara até mesmo o processo de identificação, que ocorre entre os homens, gerando conformismo sobre as condições de vida das classes populares, assim:

[...] as descrições em que Freire nos mostra os pobres simultaneamente convencidos de que lhes cabe a responsabilidade da própria miséria e de que essa miséria é natural, fatal: chegam deste modo ao ponto de aceitar, de assimilar o ponto de vista os valores dos ricos, a assumir como seus os valores impostos pelos seus patrões-e que os condenam; resumindo, o dominado, na sua impotência, identifica-se como o poderoso. A tal ponto que perde a sua linguagem peculiar e original para balbuciar desajeitadamente a linguagem da classe dominante.

Tais condições, na contemporaneidade se acentuam na medida em que se fortalecem os processos de exclusão. Costa (2004) irá propor o conceito de invisibilidade pública para as sociedades que são estruturadas através do poder econômico e na estratificação social, de forma que a posição ocupada por cada indivíduo hierarquicamente tenha grande significação. Os cargos relacionados a atividades de trabalho que se envolvem diretamente com ações criativas e que exigem uma maior formação acadêmica são extremamente valorizados. Assim, as atividades restritas a força ou que exijam pouca criação, e que necessitam de menor ou

nenhuma formação acadêmica são extremamente desqualificadas e tendem a cair na marginalização.

O autor em sua pesquisa comprova esse fenômeno da atualidade que é a invisibilidade pública a define como: “A invisibilidade pública, desaparecimento intersubjetivo de um homem no meio de outros homens, é expressão pontiaguda de dois fenômenos psicossociais que assume caráter crônico nas sociedades capitalistas: humilhação social e reificação.” (2004, p. 63).

Para entendermos melhor o conceito trabalhado por Costa, destacamos alguns elementos de sua pesquisa de campo: Costa; estudante de psicologia decidiu realizar uma pesquisa de campo, trabalhando como gari na própria universidade em que cursava o curso de Psicologia. Durante nove anos, uma vez por semana, vivenciou o cotidiano desses homens com pouca formação escolar e que acabam se tornando invisíveis dentro da sociedade. Essa invisibilidade está diretamente ligada à posição ocupada pela profissão de gari e a qualquer outra que apresente os mesmo requisitos e que socialmente cause a mesma condição. A condição de que as pessoas com profissão ligadas às atividades braçais sejam vistas como invisíveis públicos. É o encontro, do ser humano com o nada, com a idéia de ser apenas mais um entre os outros tantos, sem individualidade, é ser indiferente. É estar em contato com o processo de humilhação social diariamente é ser visto como um objeto, uma coisa.

Ao descrever a invisibilidade pública, Costa (2004 p. 63) estabelece relação direta com dois outros aspectos que fazem parte da sociedade capitalista. Em primeiro momento é definida a humilhação social e sua vertente como problema político. Para ele:

A humilhação social apresenta-se como um fenômeno histórico construído e reconstruído ao longo, de muitos séculos, é determinante do cotidiano dos indivíduos das classes pobres. É expressão da desigualdade política, indicando exclusão intersubjetiva de uma classe inteira de homens do âmbito da ação fundadora e do diálogo, do governo da cidade e do governo do trabalho. Constitui, assim, um problema político. A exclusão política fabrica sintomas, infestando o afeto, o raciocínio, a ação e o corpo do homem humilhado. Assume poder nefasto: ao mesmo tempo em que molda a subjetividade do indivíduo pobre, caracterizando-o muitas vezes como um ser que não pode criar, mas que deve repetir esvazia-o das condições que lhe possibilitariam transcender uma compreensão imediata e estática da realidade [...]

A reificação também é definida na pesquisa, pois ela esta associada à questão da troca, que acontece na sociedade capitalista como forma de estabelecer as relações como o processo de transformação em “mercadoria”. Assim:

[...] a reificação configura-se como o processo pelo qual, nas sociedades industriais, o valor (do que quer que seja: pessoas, relações inter-humanas, objetos, instituições) vem apresenta-se à consciência dos homens com valor sobre tudo econômico, valor de troca: tudo passa a contar primariamente como mercadoria [...] (2004, p. 64).

A invisibilidade pública se manifesta nas sociedades extremamente modernas e que tende a estabelecer as relações humanas como simples coisas, que são meramente utilizadas como forma de obter e satisfazer as necessidades do momento. A análise feita por Costa, como já foi dito, não se aplica somente a profissão de gari é necessária essa compreensão como meio de análise da realidade vivida pelos trabalhadores braçais. A sociedade contemporânea apresenta grandes contradições, quando analisamos as relações de poder diretamente vinculadas as classes sociais, grau de escolaridade e condições formais de trabalho. As profissões que exigem menos qualificação e, portanto, menor escolaridade, são consideradas inferiores, esta qualificação não se estende apenas a profissão, mas, aqueles que a exercem. Assim para Costa (2004, p. 38):

Pensam sobre as classes pobres, em nossa sociedade, o trabalho simplificado e trabalho complexo que isolou, num extremo, o comando puro; noutra, a mais pura subordinação. Entre os extremos, combinações que não vencem a dissociação principal entre chefes e operários. Atividades complexas são fragmentadas em atividades demais elementares e desqualificadas, exigindo pouca ou nenhuma instrução técnica ou escolar. E quanto ao trabalho simples (varrer, lavar, embalar lixo, fazer camas), aquelas tarefas indispensáveis, mas necessariamente muito simples? Ao invés de as assumirmos todos tornou-se hábito nosso reservá-las também aos pobres.

O autor aponta um modelo de sociedade que necessita e perpetua a desigualdade social, na medida em que se organiza na dependência da exploração do trabalhador braçal que, na maioria das vezes, não é visto e percebido com humano, condição perversa da invisibilidade pública. A quem manda cabe estabelecer a superioridade de ditar o ritmo de trabalho, comparamos assim, ao fato de perdemos a humanidade e nos aproximarmos das máquinas.

Costa aponta as relações e o ritmo de trabalho como as maiores causas de discórdia vivida pelos trabalhadores e por ele ouvida em sua pesquisa. Os garis sempre mencionavam a diferença que é trabalhar com o encarregado supervisionando e como é trabalhar sem o mesmo. Pois com supervisão o ritmo não é estabelecido por eles e sim pelo encarregado, que acaba não respeitando o ritmo natural de seus corpos. É a verdadeira tradução do homem como máquina, ou pior do homem como animal que só responde aos instintos, pois o homem

acaba perdendo a sua prévia ideação sobre o trabalho. Ele começa a retroceder, pois a ele só resta executar e ao chefe cabe a prévia ideação a respeito do processo e eficácia do mesmo. Esse modo de organização do trabalho é a forma mais utilizada pelas organizações capitalistas, em que o trabalho se fragmenta e a uma minoria cabe a maior parte sobre o processo.

Esses trabalhadores, meros executantes, permanecerem esquecidos e invisíveis diante da sociedade, dessa forma o processo de exclusão se incorporada à vida dessas pessoas e as levam a um processo de conformismo e manutenção desse ciclo. O autor observa o papel do sistema regular de ensino na sustentação deste processo. A trajetória escolar desses trabalhadores só reforça o sentimento de inferioridade e acabam sentindo-se incapazes por não terem se adaptado ao ambiente escolar e optado, em alguns casos, pela evasão.

Assim: o humilhado conforma-se: “se é tratado como quem ninguém vê, aos poucos comporta-se como quem ninguém vê.” (COSTA, 2004, p. 45). Desse modo, a invisibilidade pública se relaciona com os mecanismos de exclusão usados como meio de sustentar a hierarquia social e sustentar a fragilidade do processo educacional. A invisibilidade pública permite que os seres humanos permaneçam, fragmentados sem perceberem e tomarem consciência, em uma perspectiva freiriana, das suas reais condições de vida. Para Freire, são necessárias: “[...] as bases de uma pedagogia onde tanto o educador como o educando, homens regularmente livres e críticos, aprendem no trabalho comum de uma tomada de consciência da situação que vivem.” (1989, p. 25-26).

Para Costa (2004, p. 150) esta igualdade entre os seres é o fator principal, simplesmente por sermos seres únicos:

[...] O fato de sermos iguais não quer dizer que sejamos idênticos. Somos diferentes, por isso é que podemos ser iguais. A condição de ser alguém, e alguém sempre diferente de um outro alguém, é algo que nos concede igualdade: todos possuímos igualmente a condição de ser alguém, de ser único.

A invisibilidade pública como mecanismo de exclusão pode ser relacionada de forma abrangente às sociedades atuais, que se estruturam em meio ao turbilhão de informações, recebidas e consumidas no nosso cotidiano. A invisibilidade se emprega em tudo que a sociedade quer omitir ou desqualificar. Ela está direcionada para todos aqueles que como se refere Freire (1989), se acomodam, se ajustam inviabilizando a integração que os humaniza.

O que acontece para esses indivíduos segundo Costa (2004, p. 116) pode ser visto como um processo de retirada da humanidade coisificação, para ele: “O que brota da

percepção de não aparecer para os outros é a sensação de existirmos como coisas, um esvaziamento. Passamos a contar como se fôssemos um item paisagístico.” O preconceito que gera invisibilidade se estende a tudo que não faz parte dos moldes de vida de quem esta socialmente em posição mais favorável, pois a própria sociedade acredita nessa superioridade. A consciência coletiva da mesma forma que cria padrões de comportamento também estimula o padrão de aceitação dessas condições sociais.

Hoffman (apud LIMA, 2008, p. 39) aborda a importância das pessoas refletirem sobre si próprias, como forma de avaliação e definição de como nós mesmos nos percebemos: “[...] Pode-se olhar sem ver e procurar sem encontrar, mas não encontrar sem procurar ver sem ter olhado.” O olhar do outro sobre nós é fundamental como troca e estruturação, mas, de nós também depende a maneira como o outro nos vê. Para cada uma das pessoas que sofrem com o processo de exclusão – aos seres invisíveis cabe ter ao menos a compreensão das desigualdades vividas. Pois a conscientização para a reflexão e a mudança, vem como fator principal, conhecer as estruturas sociais e como nós estamos presentes e vivendo com as mesmas.

A superação da invisibilidade requer a necessidade de encarar os fatos como eles realmente são, pois o direito de pensar e refletir está presente em cada indivíduo. Assim partimos para uma possível mudança ou pelo menos para uma possível tomada de conscientização, sobre como a sociedade trata os menos favorecidos. Freire (1989, p. 43) insiste na importância do homem ser desafiado a perceber a realidade, constantemente para que ele participe da história, não só da sua própria, mas da história da humanidade, para ele:

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. E é ainda com os homens, desafiando e respondendo ao desafio, alterando, criando, que não permiti a imobilidade, a não ser em termo de relativa preponderância, nem das sociedades nem das culturas. E, na medida em que cria , recria e decide, vão se conformando as épocas históricas. É também criando, recriando e decidindo que o homem deve participar destas épocas.

Essa reflexão de Freire faz com que vejamos o homem como capaz de modificar sua própria historia. Para aqueles que recebem ordens diretamente e todos os dias, parece distante esse processo de conscientização. Mas não podemos esquecer que mesmo sem a educação formal e seus benefícios, as pessoas conseguem realizar diversos outros processos de educação e de aprendizagem. A capacidade de aprender está presente em todo o homem e

conseqüentemente o processo de compreensão da realidade, necessitando tanto ao opressor, quanto ao oprimido como nos lembra Freire.

A libertação do homem pode e está diretamente ligada ao processo de educação, seja a educação formal ministradas nas escolas ou durante a aprendizagem informal. Freire (apud ARANHA, 2006, p. 337) pondera a respeito dos privilégios de uns e a falta de privilégios de outros e de como a sociedade é injusta ao se estruturar:

[...] vivemos em uma sociedade dividida em classes, na qual os privilégios de uns impedem a maioria de usufruir os bens produzidos. Se a vocação humana de se realizar só se concretiza pelo acesso aos bens culturais, ela é negada na injustiça, na exploração, na violência dos opressores, mas afirmada no anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada.

Dessa forma iniciamos uma ponte entre a invisibilidade pública que condiciona e aprisiona, para a possibilidade de nos libertar através da educação. A educação que pode trazer a tomada de conscientização e a busca pelo processo de transformação e mudança será discutida ao longo do próximo capítulo, como meio principal do homem interferir na sociedade e nas suas desigualdades.

3 A educação como um processo de mudança

O processo de educação no âmbito das sociedades pode se considerado um dos processos mais importantes vivido pelo homem durante sua vida, seja pelo ponto de vista da educação formal (educação escolar e acadêmica) ou pela educação informal (família e meio social). Pois através dele o homem poder idealizar-se como capaz de realizar grandes transformações na sociedade e em sua própria historia. A educação proporciona ao homem a qualidade de existir muito além das questões físicas, é a magnitude de formar o todo. Freire (1989, p. 41) reflete sobre as diversas modificações pela qual o sujeito passa: “O homem existe –existere- no tempo. Está dentro. Esta fora. Herda. Incorpora. Modifica. Porque não esta preso a um tempo reduzido a um hoje permanente que o esmaga, emerge dele. Banha-se nele. Temporaliza-se.”

Através da educação o homem está se construindo como ser social, constrói sua própria participação e relevância diante de outros homens. A educação é como a mola propulsora para a liberdade dos homens, pois ela é capaz de impulsionar e intervir na construção da história de cada ser. O trabalho também é um dos meios de construção do ser social, também é peça chave para o processo educativo, pois nele o sujeito executa a necessidade de criação, que só o homem, consegue planejar e realizar. Através da educação o mundo dos homens vai tomando formas e caminhos são construídos, Freire (1996, p. 60), pondera a respeito da necessidade presente em todos os homens de se fazer vistos no mundo, de se fazerem enxergar, de não seres invisíveis, para o mundo e para os outros: “[...] Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da História.”

A posição defendida por Freire anuncia uma postura de liberdade em relação ao mundo e a luta muitas vezes tem sua base no processo de educação. Onde através da educação indivíduos conseguem acreditar na possibilidade de construir sua própria historia na sociedade, sem deixar que as tendências sociais, os façam apenas objetos e instrumentos. Para que isso ocorra entramos na necessidade de se promover uma educação voltada para o processo de mudança e que possa interferir positivamente na vida dos sujeitos. Se acreditarmos na importância do meio social como fator de aprendizagem para o sujeito, devemos entendê-lo como elemento de relevância para que se desenvolva em cada indivíduo uma espécie de necessidade de libertação através da educação, e o meio social independente de sua organização deve alimentar essa necessidade. Pois mesmo sendo parte integrada da

sociedade e contribuindo para a reprodução das desigualdades, a educação também pode ser instrumento de mudança. Como fator que media a relação política dos seres, a educação é a grande responsável por embasar as perspectivas que interagem com a sociedade e com as necessidades da formação de sujeitos críticos e criativos, Demo (1997, p. 6) salienta a importância da política:

[...] A marca política não aparece apenas na presença inevitável da ideologia, mas, sobretudo no processo de formação do sujeito crítico e criativo, que encontra no conhecimento a arma mais potente de inovação, para fazer e se fazer oportunidade histórica através dele [...]

O processo político deve ser norteador de todo método educacional para auxiliar na construção de indivíduos críticos e criativos, desse processo podemos esperar grandes transformações ou a acomodação das injustiças sociais. Quando esse processo não se realiza a educação pode servir como meio de segregação para o sujeito que não se educou e não se politizou, para exercer direitos e deveres. A educação é um processo que na vida humana deve ser naturalizado, pois dele os homens não podem fugir ou simplesmente isolar-se, podem abandonar o formalismo (escola), mas nem por isso deixam de ser aptos para o processo de educação. Não podemos dissociar o processo de educação formal (escola), de todas as nossas expectativas, pois as transformações sociais, que tanto desejamos devem suceder em comunhão com toda a sociedade. Libâneo (2002, p. 9), reflete sobre a construção do processo educativo, que devemos delegar e esperar da escola em consonância com outras esferas sociais:

Não dizemos mais que a escola é a mola das transformações sociais. Não é sozinha. As tarefas de construção de uma democracia econômica e política pertencem a várias esferas de atuação da sociedade, e a escola é apenas uma delas. Mas a escola tem um papel insubstituível quando se trata de preparação das novas gerações para enfrentamento das exigências postas pela sociedade moderna ou pós industrial como dizem os outros. Por sua vez, o fortalecimento das lutas sociais, a conquista da cidadania, dependem de ampliar, cada vez mais o número de pessoas que possam participar das decisões primordiais que dizem respeito aos seus interesses. A escola tem, pois o compromisso de reduzir a distância entre a ciência cada vez mais complexa e cultura de base produzida no cotidiano, e a provida pela escolarização.

Libâneo destaca a construção de uma educação solidificada através da mudança. Pois através desse enfoque o processo de educação que ocorre na escola se estrutura, como meio de contribuição social para construção de um novo panorama social. A escola passa a existir através da simplicidade de sua essência, formadora, propondo realmente a autonomia e a

qualificação dos seres sociais. Para que eles possam intervir de forma qualificada sem serem capturados pelo sistema de dominação social, que tanto teima em interferir e castrar a individualidade. Segregando por classes quem deve prosseguir ou não com o processo de educação, contribuindo para uma verdadeira população de excluídos. Dessa forma, sobre uma perspectiva conformista os menos abastados financeiramente, em sua maioria, acabam desistindo de todo o processo. Mas, segundo Líbâneo (2002, p. 7), mesmo com inúmeros problemas e contradições deveram dar ênfase a escola e acreditar em sua validade como instituição fundamental no processo de estruturação da sociedade: “[...] por mais que a escola básica seja afetada nas suas funções, na sua estrutura organizacional, nos seus conteúdos e métodos, ela mantém-se com instituição necessária à democratização da sociedade.”

A diversidade existente no meio social, que tem base na família e nas heranças culturais de cada indivíduo, atribui um leque de comportamentos e atitudes para cada ser. Assim a escola se torna o espaço da diversidade e todo processo de educação também é mediado pelas diferenças que interagem, alunos e professores e todas as semelhanças, desejos e necessidades que perpassam estas relações. Ao meio social devemos atribuir inúmeras contribuições e vertentes de como os sujeitos respondem ao processo educativo. Demo (1997, p. 6) relaciona à responsabilidade do meio social, em específico a família, para com a formação do indivíduo: “[...] A família, mais do que ninguém, educa todo dia toda hora, sendo responsável pelas condições de emancipação dos filhos. A roda de amigos, a reunião no bar, o ambiente de trabalho etc, também são lugares possivelmente educativos [...]”

O autor estabelece, ainda, que relações do contexto do indivíduo, são de extrema importância para a sua formação, ao núcleo familiar corresponde grande responsabilidade em relação à educação. De forma que cada pessoa acaba assimilando em primeira instância aprendizagens que se socializaram e foram construídas sobre a intervenção do seu meio social. Através da família o sujeito pode ter contato com a primeira oportunidade de ser estimulado a conhecer e quem sabe até mesmo acreditar que possa vir realizar o processo de emancipação através da educação. O meio social vivido por todos nós pode e contribui para a perpetuação de nossa formação política na sociedade. E como cada sujeito vai reagir diante das questões que exigem reivindicação, cobrança dos direitos e de exercemos deveres. Mesmo as famílias mais pobres e com menos conhecimentos formais, podem ser grandes responsáveis por realizar e estimular o processo de educação formal de seus filhos. Não podemos nos acomodar a um conformismo que nos leva a um sistema de educação apenas transferidor e manipulador. Freire (1996, p. 36) reflete sobre a importância do processo educativo como

forma do sujeito não se desviar diante das oportunidades que muitas vezes são vistas como fáceis, segundo ele:

[...] a prática educativa tem de ser, em si, um testemunho rigoroso de decência e de pureza. Uma crítica permanente aos desvios fáceis com que somos tentados, às vezes ou quase sempre, a deixar as dificuldades que os caminhos verdadeiros podem nos colocar.

As famílias, nem sempre, orientam seus filhos no sentido do exercício da cidadania e esta orientação permanece na escola que objetiva a formação de alunos submissos e que não procuram questionar a estrutura escolar e a educação oferecida por ela. Assim encontramos na maioria das vezes uma educação ministrada para treinar os alunos a se conformarem, a se adaptarem e serem submissos a dominação econômica das elites. O sentimento, de inferioridade pode ser muitas vezes gerado no próprio âmbito de convivência de cada sujeito, ocasionando o conformismo e a estagnação por parte dos oprimidos. A esse tipo de educação que menospreza os que dela mais necessitam gerando conformismo, Freire (1996, p. 37), desfere inúmeras críticas, para ele:

[...] É por isso que transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico e amesquinhar o que há de fundamentalmente humana no exercício educativo: o seu caráter formador. Se se respeita a natureza do ser humano o ensinar o conteúdo não pode dar-se alheio a formação moral do educando.

Diante desse quadro que nos leva muitas vezes a aceitação total da realidade da educação, formam-se indivíduos que permanecem alheios as questões de desigualdade e que aceitam as condições sem protestar em nada. A esses indivíduos o processo de educação formal em nada contribuiu só acentua o pensamento de serem inferiores e incapazes. Pois formam um grupo de pessoas sem argumento para mudar esse cenário, permanecem esquecidos, solicitados apenas para realizarem trabalhos braçais, é o que resta de uma sociedade que não se compromete com a educação, dita para todos. O sujeito que é abandonado pela escola, nem sempre se conforma e é esmagado por um sistema social injusto, manifesta o seu descontentamento, a sua raiva, o sentimento de injustiça e exclusão em comportamentos e manifestos agressivos. Este sujeito que não aprendeu a se comunicar, a argumentar vai também engrossar as estatísticas dos analfabetos ou com baixa escolaridade e marginalizados. Freire (1996) chama atenção a este respeito de que a prática educativa ministrada com o embasamento político, pode evitar as alternativas do educando buscar meios que podem parecer como mais fáceis, para efetuar sua sobrevivência.

Falamos em sobrevivência por que todo homem busca esse objetivo, que nada mais é do que as condições materiais e econômicas que lhe permitem viver e atender, desta forma, as suas necessidades básicas. Afinal, somos frutos de uma sociedade capitalista que se utiliza de meios tecnológicos que, para uns servem como provedor do futuro para outros expõe suas fragilidades diante da sociedade. A marginalização, desta forma, é o resultado de uma sociedade, que põe o indivíduo a margem do processo produtivo, estabelecendo condições desiguais, pelas quais os indivíduos colocados a margem da sociedade, privados dos bens materiais e culturais. As teorias educacionais também ressaltam a vivência social como meio determinante dos resultados alcançados pela escola. Saviani (2005, p. 3-4) analisa a divisão das teorias educacionais e de como elas estabelecem a relação entre a educação e a sociedade, diz ele:

[...] as teorias educacionais podem ser classificadas em dois grupos. No primeiro, temos aquelas teorias que entendem ser a educação um instrumento de equalização social, portanto, de superação da marginalidade. No segundo, então as teorias que entendem ser a educação um instrumento de discriminação social, logo, um fator de marginalização.

A partir dessa divisão feita por Saviani, compreendemos o quanto a educação estabelece relação com a sociedade, e mudar a estrutura da educação implica em mudar e alterar essa postura hierarquizada pelas classes sociais e acentuada pelas condições sócio-econômicas. Discutir a educação como processo de libertação, não se aplica a analisarmos somente a estrutura escolar, pois já evidenciamos que a escola reproduz as questões sociais. Na estrutura escolar, diversas posturas podem ser trabalhadas para melhorar as condições da sociedade e contribuir para qualidade da formação dos indivíduos. A postura questionadora e inovadora no âmbito escolar, já oferece ao aluno condição de se colocar diante do mundo em uma perspectiva política e favorecendo, desta maneira, a sua participação enquanto cidadão. Tal postura irá contribuir e fornecer, desta maneira, a sua participação enquanto cidadão.

Demo (1997, p. 8) propõe refletirmos sobre a relação educação e pesquisa, como meio de viabilizarmos a emancipação do sujeito, segundo ele:

[...] A pesquisa inclui sempre a percepção emancipatória do sujeito que busca fazer e fazer-se oportunidade, à medida que começa e se reconstitui pelo questionamento sistemático da realidade, incluindo a prática como componente necessário da teoria, e vice versa, englobando a ética dos fins e valores.

Através da prática pedagógica com embasamento na pesquisa estaríamos contribuindo para a formação de uma nova proposta de educação. Voltada para o homem questionador, investigador e acentuaríamos a capacidade de melhor se posicionar diante dos acontecimentos sociais. A pessoa, não conformada agora teria argumento para reivindicar seu direito e de dizer não as oportunidades e as condições, que muitas vezes aparecem como o caminho mais rápido de obtenção da satisfação de suas necessidades básicas e materiais.

Voltando para Saviani (2005), entendemos que a escola não é antídoto para a marginalização e principalmente se partimos do princípio da reprodução dos conteúdos e na assimilação como obrigação pelos alunos, nos deparamos com uma instituição que em nada forma apenas molda. Assim Saviani (2005, p. 7), cita a marginalização sobre a visão do excluído, para ele: “[...] a marginalização deixa de ser vista predominantemente sob o ângulo da ignorância, isto é, o não domínio dos conhecimentos. O marginalizado já não é, propriamente, o ignorante, mas o rejeitado.” Sobre o enfoque de Saviani, podemos perceber o cotidiano de quem se encontra fora do processo educacional, mais que ser visto como alguém sem cultura se torna alguém rejeitado. Diante da proposta de que o homem é um ser social, aqueles que são rejeitados pela própria sociedade, devido as suas limitações educacionais, passam a ser invisíveis públicos.

A escola deve ter como missão principal a formação de cidadãos, acima da formação que exige conteúdos e métodos, o ser social necessita de formação cultural e sobre tudo necessita da convivência de outros seres. Libâneo (2002, p. 7) descreve a escola pela qual devemos estar preparados para lutarmos, segundo ele:

A escola que sonhamos é aquela que segura a todos a formação cultural e científica para a vida profissional e cidadã, possibilitando uma relação autônoma, crítica e construtiva com a cultura em suas varias manifestações: a cultura provida pela ciência pela crítica, pela técnica, pela estética, pela ética bem como pela cultura paralela (meios de comunicação de massa).

Diante de tantas exigências cabe a escola oferecer uma boa formação, de forma que esse desafio de atender a essas exigências tenha como retorno sujeitos que consigam se libertar através do processo de educação. Através da conscientização de cada indivíduo que ali permanece e contribui de algum modo, temos que trabalhar sempre a transformação como passo principal de qualquer processo. A transformação mediará todo e qualquer processo que tenha como objetivo a mudança e com a educação não será diferente. Para Lima (2008, p.97), educação se relaciona com transformação, mas principalmente se relaciona com amor, segundo ela: “Acima de tudo, amar, amar o ser, por que educar nada mais é do que vivenciar

um elevado apreço, um emociona-ser constante pela instigante tarefa que é o educar, como a fabulosa ação de aceitar e, por vezes transformar pessoas”.

Devemos lutar sempre pela democratização da escola, pela participação real de quem faz a escola, e pelo diálogo constante com a sociedade. Pois a sociedade é capaz de influenciar qualquer instancia das relações sociais, mas cabe a escola estar lutando para a construção da educação através do processo de mudança. Pois educação deve ser vista como um ato de amor e quem ama não aprisiona e sim liberta. A educação é uma comunhão entre as pessoas, Freire (1987) já ponderava a respeito da necessidade de haver comunhão entre os sujeitos, para que o processo de libertação acontecesse mediado pela participação dos sujeitos e para a construção da autonomia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre a implantação da educação no Brasil é um meio de compreendermos o estado atual da educação e de como ela influencia no aumento das desigualdades e acentua o processo de exclusão e marginalização de alguns indivíduos. O conceito de invisibilidade pública pode contribuir para uma reflexão social que leve a mudança. O conhecimento é peça fundamental para a melhoria social.

E a partir do momento em que refletimos e conhecemos algo, podemos reconhecer quando o mesmo acontece e principalmente como ele poder ser modificado e transformado. Identificamos, na escola, o processo que aliena o sujeito em função da sua posição social, de seus saberes práticos e sociais, é uma estratégia necessária para suscitar a dúvida, o questionamento sobre esta condição de invisível público para um sujeito em condições de assumir como cidadão de fato.

Discutir fenômenos sociais é isso, é da relevância para o nosso cotidiano é refletir sobre como as atitudes podem influenciar no cenário social, acentuando e levando a acomodação de algumas praticas sociais, se organizam e se estruturam no âmbito escolar e perpetuam as condições da sociedade dentro dos muros da escola retornando, mais uma vez para sociedade. O ciclo vicioso que gira em torno da naturalização de tudo aquilo que não conseguimos explicar determina que tudo sempre foi assim. Afinal, nem sempre, podemos contar com justiça social em uma sociedade voltada para a produção, o consumo e seu excessivo individualismo. Tal afirmação possui validade, mas se aceitarmos como verdade absoluta, entramos no comodismo total e aceitação do regimento das desigualdades como sendo natural.

Para que as verdades absolutas sejam contestadas existe a educação, como meio de construção, não de verdades absolutas, mas sim, de verdades parciais, transitórias. Tal concepção envolve a idéia de transformação, de mudança que deve nortear o processo educativo. A construção constante é o caminho para a educação, para a sociedade e para todos aqueles que, como destacamos ao longo do nosso trabalho são considerados os invisíveis públicos.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Moderna, 1989. 214p.

_____. **História da Educação e da Pedagogia**. São Paulo: Moderna, 2006. 354p.

BRANDÃO, Rodrigues Carlos. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 2006, 115p.

CANCIAN, Renato. A consciência coletiva e fatos sociais. **UOL educação**. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/sociologia/durkheim2.jhtm>>. Acesso em: 9 jun. 2010.

COSTA, Fernando Braga da. **Homens invisíveis**: relatos de uma humilhação social. São Paulo: Globo, 2004. 253p. ISBN: 85-250-3891-1

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. São Paulo: Autores Associados, 1997, 152p. ISBN: 85-85701-21-8

FERNADES, Antônio Teixeira. Formas e mecanismos de Exclusão. **Ler Letras**, outubro de 1991. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3031.pdf>>. Acesso em: 18 de novembro de 2009

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 150 p.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 165p. ISBN 85-219-0243-3

ROMANELI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2001. 267p. ISBN:85-326-0242-2

LIBÂNIO, José Carlos. **Adeus professor, Adeus professora? novas exigências educacionais e profissão docente**. São Paulo: Cortez, 2002. 104p. ISBN: 85249-0678-2

LIMA, Lilian. **Escola não é circo, professor não é palhaço**. Rio de Janeiro: Wak, 2008. 97p. ISBN978-85-88081-79-6

ROMANELI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2001. 267p. ISBN:85-326-0242-2

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 2005. 96 p. ISBN 85-85701-23-4

SNYDERS, Georges. **Escola, Classe e Luta de Classes**. São Paulo: Centauro, 2005. 402 p.

Para referência desta página:

HENRIQUES, Renata Fabiana de Paula. A educação como um processo de superação das condições que promovem a invisibilidade pública. Rio de Janeiro, 2010. 45p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação – Universidade Veiga de Almeida, 2010. **Pedagogia em Foco**, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/filos34.pdf>>. Acesso em: dia mês ano.